



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 1/2024 (PROCESSO Nº 144)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Marcus Jair Bandeira, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal 14.133/2021 e Lei Complementar 123/2006, além das demais disposições aplicáveis, inclusive a regulamentação municipal e condições estabelecida no Edital e seus anexos, torna público, para o conhecimento dos interessados, a realização da **Concorrência Eletrônica para Contratação de empresa especializada para execução do Projeto de Construção de Ponte em Concreto Armado**, sendo que a licitação é do tipo Menor Preço - Global, atendendo a solicitação da:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

1. DO LOCAL, DATA E HORA:

1.1. Local: plataforma eletrônica do site: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.1.1. Final de recebimento de propostas: 08 horas do dia 20/05/2024.

1.1.2. Abertura das propostas: 08 horas e 30 minutos do dia 20/05/2024.

1.1.3. Modo de Disputa: Aberto.

1.1.4. Diferença mínima entre lances: R\$ 0,01 (um centavo de real).

1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, até às **08 horas do dia 20 de maio de 2024**.

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO:

2.1. Contratação de empresa especializada para execução do Projeto de Construção de Ponte em Concreto Armado – Moinho Ballin, Rio Bugiganga, Nova Ramada/RS - Localização Geográfica: 28°05'07,8" S – 53°41'49,3" W, conforme Anexo II – Projeto.

2.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço – Global - (Empreitada por Preço Global). observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. O orçamento da Administração não é sigiloso e foi elaborado com base no Decreto Municipal nº 4.569/2023, pelo Engenheiro Civil Adolar Stuker - CREA 76.978, elaborado em 24 de novembro de 2023, contratada pelo Município para essa finalidade.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

3. DA EXECUÇÃO:

3.1. O prazo de execução será de 120 (cento e vinte) dias, após a assinatura do contrato (que será considerado a ordem de início da obra), e deverá ser executado conforme o projeto básico de responsabilidade do Engenheiro Civil Adolar Stuker - CREA 76.978. O Regime de Execução da Obra é indireta, por Empreitada Global.

3.2. O prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela Contratada, mediante documento protocolado no Protocolo Geral, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e desde que aceito pelo Município.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no campo específico disponível na Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A resposta à **impugnação** ou ao **pedido de esclarecimento** será formalizada pelo Agente de Contratação, e deverá ser divulgada em **sítio eletrônico oficial do Município** e no **Portal de Compras Públicas** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos termos do disposto no § único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1. A resposta à impugnação, de que trata o item 4.2, será formalizada pelo Agente de Contratação o qual dará vistas a Autoridade Superior para providências, se necessário.

4.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos do § 1º do art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A impugnação, feita tempestivamente pelo licitante, não impedirá sua participação nesta licitação, até a decisão definitiva, bem como as impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

5. DO CREDENCIAMENTO:

5.1. O fornecedor deverá fazer seu cadastro no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, acessando o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de **chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível**, para acesso ao sistema eletrônico. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente ou por seu



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por **eventuais danos** decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.4. As licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverão **declarar**, em **CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA**, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o tratamento diferenciado estabelecido, nos termos dos artigos 43 a 49, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E OBSERVAÇÕES GERAIS:

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Portal de Compras Públicas.

6.2. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em **CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO**, que está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

6.3. Os representantes de microempresas, empresas de pequeno porte, **deverão** declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s). A **ausência da declaração**, naquele momento, significará a desistência das microempresas ou empresas de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

6.4. Não poderão participar deste Pregão os licitantes e agentes públicos:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;
- e) Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- f) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- g) Empresas que se encontram em débitos com o Município de Nova Ramada.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

6.5. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando incidirem em algum dos incisos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, desde que observadas as normas consignadas no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis, bem como os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a **moeda corrente nacional**.

6.8. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

6.9. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

6.10. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do **tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

a1) Nos itens **exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” **impedirá o prosseguimento** no certame;

a2) Nos itens em que a participação **não for exclusiva** para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante **não ter direito ao tratamento favorecido** previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

c) Que atendem os requisitos para a habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei;

d) Que não possui, em sua cadeia produtiva, **empregados executando trabalho degradante ou forçado** observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

e) Que cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (caso esteja dispensado deverá comprovar);

f) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.11. A **declaração falsa** relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL E DA INCLUSÃO NO SISTEMA OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico** a proposta com a **descrição do objeto ofertado e o preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de lançamento das propostas.

7.2. O envio da proposta, **ocorrerá por meio de chave de acesso e senha**.

7.3. As microempresas e empresas de pequeno porte **deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista**, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

7.4. Incumbirá ao licitante **acompanhar** as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão **retirar ou substituir** a proposta anteriormente inseridas no sistema.

7.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:

7.8.1. Se os documentos de habilitação não estiverem completos, corretos e ou válidos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, e não puderem ser saneados, o pregoeiro reputará o licitante **INABILITADO**.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

7.8.2. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

7.9. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

7.10. Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet terão sua validade verificada pelo pregoeiro no momento da habilitação.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência**, para complementação de informações, conforme estabelece o art. 64 da Lei Federal 14.133/2021.

7.12. Nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

8. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

8.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor em moeda corrente nacional (unitários e total) englobando os custos de materiais e mão de obra, com até duas casas decimais após a vírgula; bem como a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. As propostas econômicas devem compreender a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, **não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração**, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

9. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, **por meio de sistema eletrônico**, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas mínima exigidas no Anexo I – Modelo de Proposta e Anexo II - Projeto, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Também será **desclassificada** a proposta que identifique o licitante.

9.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6. O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7. O sistema disponibilizará **campo próprio para troca de mensagens** entre o Agente de Contratação e os Licitantes.

9.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.9. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

9.10. Os licitantes poderão **oferecer lances sucessivos**, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.11. O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior ao último** por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.12. Será adotado o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13. Aberta etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

9.14. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.

9.15. Será permitido aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

9.18. No caso de desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.19. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos licitantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20. No caso de desconexão da licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

9.21. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.22. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.23. Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.24. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de Contratação poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de um melhor preço, mediante justificativa.

9.25. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.26. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor inicial de sua proposta.

9.27. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

9.28. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.29. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

9.30. As propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.31. Caso a microempresa, a empresa de pequeno e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

9.32. No caso de **equivalência dos valores** apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado **sorteio entre elas** para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.33. Em caso de **empate entre duas ou mais propostas**, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

9.33.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

9.33.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes.

9.33.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento, quando houver.

9.33.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.33.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.33.5.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul.

9.33.5.2. Empresas brasileiras.

9.33.5.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

9.33.5.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.34. Encerrada a fase de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

9.35. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.36. Caso não exista possibilidade de negociação, via manifestação formal no chat, pelo fornecedor melhor classificado, **o prazo de negociação poderá ser reduzido.**

9.37. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.38. **O valor máximo a ser aceito será de R\$ 191.226,52 (cento e noventa e um mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e dois centavos).**

9.39. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas** e no prazo máximo estipulado pelo Agente de Contratação, envie a **PROPOSTA ADEQUADA** (devidamente assinada e através do Portal de Compras Públicas) **ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada do **Cronograma Físico-Financeiro, Orçamento Discriminado, Planilha de Composição de Encargos e Planilha de Percentual do BDI**, devidamente assinados pelo responsável técnico e representante legal da empresa.

10. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.1.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.1.2. Conforme Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Art. 59 § 4º, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

10.1.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 Art. 59 § 5º.

10.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável, que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso do Agente de Contratação no chat.

10.5. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo estipulado pelo pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

10.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação, caso esse entenda pela necessidade de concessão maior de prazo para envio dos documentos.

10.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.7. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade do certame.

10.9. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.9.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, solicitando que o mesmo envie as documentações via sistema (através do



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Portal de Compras Públicas) em até 2h (duas) horas contadas da solicitação, podendo ser prorrogado a critério do Agente de Contratação.

11. HABILITAÇÃO:

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas e ainda aos seguintes cadastros:

11.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (ceiscadastro.cgu.gov.br) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (portaldatransparencia.gov.br).

11.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br).

11.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3.1. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, **a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

11.4.1. É dever do licitante **atualizar previamente as comprovações** constantes do Portal de Compras Públicas, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

11.5. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

11.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estipulado pelo Agente de Contratação, sob pena de inabilitação.

11.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação **com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.**

11.9. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em **nome da matriz**, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em **nome da filial**, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao **CND e ao CRF/FGTS**, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

11.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.12. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

11.13. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.14. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

g) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

h) Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998.

11.14.1. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.15. HABILITAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

b) Balanço Patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente autenticado na Junta Comercial, ou no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

b.1) É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

b.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, Art. 65, § 1º da Lei 14.133/2021.

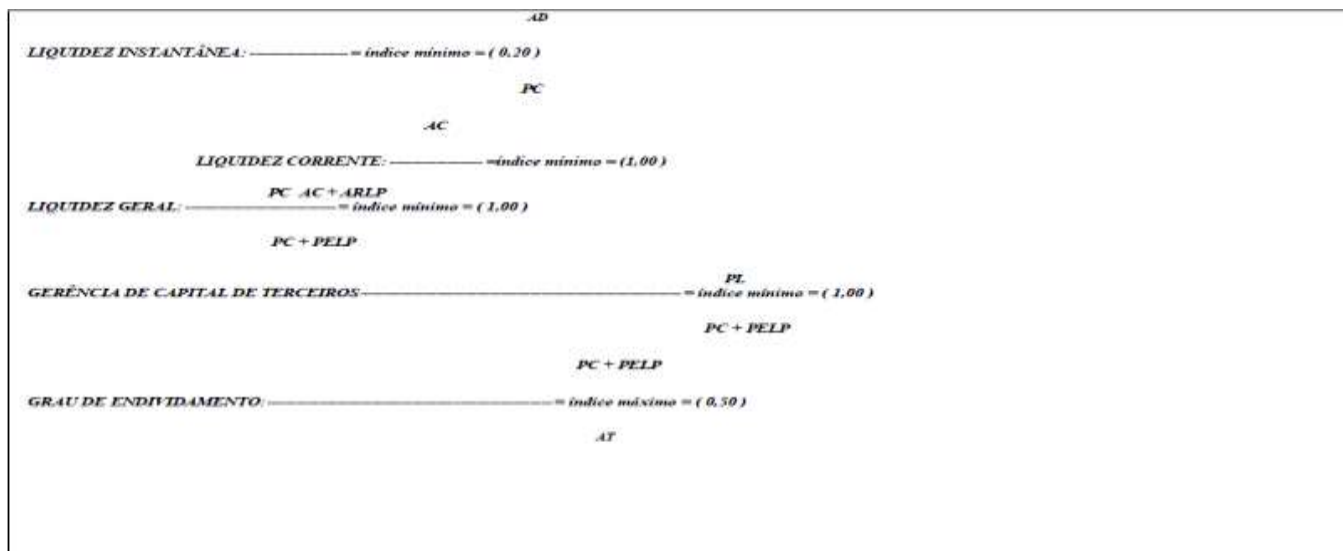
b.3) Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

b.4) O documento referido no item “b” limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5) A verificação da situação financeira será avaliada pelos índices de Liquidez Instantânea (LI), Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG), Gerência de Capital de Terceiros (GCT) e Grau de Endividamento Geral (GE) resultante das seguintes fórmulas:



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações



b.6) Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

b.7) Será considerado no quesito capacitação econômica financeira a empresa que atingir os índices acima citados. O cálculo destes indicadores deverá ser expresso em **documento, anexo ao balanço**. O documento deverá **ser assinado por profissional de contabilidade legalmente habilitado**.

b.8) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, Art. 65, § 1º da Lei 14.133/2021.

11.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL:

- a) Atestado de Registro da empresa no Conselho Competente;
- b) Atestado de Registro do responsável técnico da empresa no Conselho Competente.
- c) Atestado de capacidade técnica, devidamente registrado no Conselho competente, em nome do profissional legalmente habilitado pela empresa proponente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa licitante vencedora desempenhado serviços similares ou superiores ao objeto da presente licitação, em conformidade com serviço cotado, com nome legível do representante legal da empresa ou órgão público, além de respectiva Certidão de Acervo Técnico- CAT:
 - c.1)** Atestado de capacidade técnica de execução de estrutura de concreto armado em pontes;
 - c.2)** Atestado de capacidade técnica de execução de pinos em rocha;
 - c.3)** Atestado de capacidade técnica de execução de longarina em concreto armado.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

c.4) Quando se tratar de Conselho de outro Estado, e esse exigir, deverá ser dado vistas no Conselho do RS.

d) Comprovação de que o responsável técnico, mencionado no atestado, pertencem ao quadro permanente da empresa, será feito através de: Em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do Contrato Social; no caso de empregado, mediante cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS); em caso de vínculo contratual não CLT, apresentar o Contrato de Prestação de Serviços.

11.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o **licitante será declarado vencedor**.

12. DO RECURSO:

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, se for o caso, **deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.**

12.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros 3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O recurso/contrarrazões será(ão) analisado(s) pelo Agente de Contratação, o **qual formalizará decisão administrativa.**

12.3.1. Havendo dúvida jurídica formalizada por esse, com indicação expressa do artigo legal que suscitou a dúvida, o processo poderá ser remetido à assessoria jurídica, que se limitará a analisar a aplicabilidade do dispositivo legal mencionado.

12.4. Da mesma forma, havendo dúvida quanto aos requisitos técnicos, e desde que motivado pelo Agente de Contratação, poderá ser encaminhado ao setor requisitante para juntada de informações.

12.5. A decisão final do recurso/contrarrazões será formalizada pelo Agente de Contratação.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

12.5.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (Agente de Contratação), que se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar e Homologar a licitação.

13.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

13.4. O Município poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

1534.1. A anulação da licitação torna sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.

14. CONTRATO:

14.1. Homologado o procedimento licitatório, o Município convocará a licitante vencedora para assinar o contrato. A mesma deverá firmar a contratação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

- a) O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação expressa do licitante, contendo a exposição circunstanciada do motivo.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

b) O contrato a ser assinado terá como base a minuta de contrato (anexo IV do presente edital) e dele faz parte integrante.

14.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, ou não aceitar retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, ou conforme estabelece o Art. 90 § 4º da Lei Federal 14.133/2021.

14.3. Como condição para a sua contratação a licitante vencedora deverá **manter as condições de habilitação** previstas no presente edital, prestar as informações solicitadas pelo Município, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes desta Licitação.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato.
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- l) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 15.1 deste edital as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) Advertência;
- b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 15.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

15.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 15.2 do presente Edital.

15.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.6. A aplicação das sanções previstas no item 15.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.7. Na aplicação da sanção prevista no item 15.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

15.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 15.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

15.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

15.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

15.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

15.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “g” e “j” do item 15.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

16. DO PAGAMENTO:

16.1. O pagamento será efetuado em até 10 dias após a conclusão de cada fase, mediante laudo do Engenheiro Civil do Município, emissão da Nota Fiscal e documentação, conforme Minuta do Contrato anexa.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

17.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.7. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.7.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.9. A íntegra do Edital está disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br ou www.novaramada.rs.gov.br, bem como poderão ser lidos e/ou obtidos na Prefeitura Municipal de Nova Ramada, junto ao setor de Licitações e ou diretamente com o Pregoeiro no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, localizado no prédio do centro administrativo, na Avenida Gustavo König, 95, telefone (55) 99975-7098.

17.10. As despesas, referente às aquisições correrão por conta da seguinte dotação:

05	SEC.MUN.DE OBRAS,VIAÇÃO E TRÂNSITO	
1	6	IMPLANTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTU
449051910000	OBRAS EM ANDAMENTO	

17.11. Fazem parte integrantes deste Edital:

- a) Anexo I – Modelo Proposta de Preços;
- b) Anexo II – Projeto Básico;
- c) Anexo III – Licença Ambiental;
- d) Anexo IV – Minuta de Contato;
- e) Anexo V – Termos de Referência.

17.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Ramada (RS), 26 de abril de 2024.

Marcus Jair Bandeira
Prefeito

Taciana Rubia Stefani
Setor de Licitações



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

APROVO:

Tatiana Raquel Dallabrida
OAB/RS 091.391-/- Assessora Jurídica



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

ANEXO IV - MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. /2024

“Contrato firmado entre o Município de Nova Ramada e a empresa.....”

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.611.828/0001-49, com sede na Avenida Gustavo König, 95, no Centro Administrativo, município de Nova Ramada/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MARCUS JAIR BANDEIRA**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob nº. 610.481.350-04, residente e domiciliado em Barro Preto na cidade de Nova Ramada/RS;

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, na cidade de/....., representada neste ato pelo, **Sr.**, inscrito no CPF sob o nº, brasileiro,, residente e domiciliado na cidade de/.....

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, considerando os expedientes constantes do processo Concorrência Eletrônica nº.1 /2024 – Processo 144, que regerà pelas cláusulas e condições aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive nos casos omissos, suas alterações posteriores, legislação municipal e demais dispositivos legais aplicáveis.

DO OBJETO

Cláusula 1ª. Contratação de empresa especializada para execução do Projeto de Construção de Ponte em Concreto Armado – Moinho Ballin, Rio Bugiganga, Nova Ramada/RS - Localização Geográfica: 28°05'07,8" S – 53°41'49,3" W, conforme Pregão Eletrônico nº. 1/2024 – Processo 144.

DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

Cláusula 2ª. O **CONTRATANTE** deverá:

Parágrafo primeiro. Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA** em conformidade com a Cláusula 6ª.

Parágrafo segundo. Aplicar as penalidades compatíveis, quando os serviços não estiverem sendo realizados de forma satisfatória;

Parágrafo terceiro. Disponibilizar os projetos em PDF.

Parágrafo quarto. Acompanhar e fiscalizar durante a execução da obra, através do Engenheiro Civil ou responsável do Município, que anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

execução, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, sem que isso importe na redução da responsabilidade da CONTRATADA pela boa execução do CONTRATO.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Cláusula 3ª. A CONTRATADA deverá:

Parágrafo primeiro. Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação;

Parágrafo segundo. A CONTRATADA fica obrigada a executar a obra, conforme especificações do Edital da Concorrência Eletrônica nº 1/2024 – Processo 144 e em consonância com a proposta de preços.

Parágrafo terceiro. A responsabilidade por todas as despesas e providências necessárias à realização do objeto, bem como de estadia, alimentação, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, decorrentes da execução do objeto do presente e quaisquer despesas acessórias e necessárias, são de responsabilidade da contratada;

Parágrafo quarto. Executar o objeto de acordo com as especificações e prazos determinados, atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do CONTRATANTE;

Parágrafo quinto. A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

Parágrafo sexto. Manter a equipe executora das obras identificada;

Parágrafo sétimo. Executar todas as obras complementares julgadas necessárias para que o local tenha condições de uso satisfatório;

Parágrafo oitava. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na utilização/aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má utilização/aplicação;

Parágrafo nona. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

Parágrafo décimo. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Parágrafo décimo primeiro. Sinalizar convenientemente, às suas expensas, o local de execução das obras, de acordo com as normas vigentes, bem como as em vigor do CONTRATANTE, devendo responder por eventuais danos que venham a ser provocados nas obras, até o seu término, quando estes resultarem de culpa da CONTRATADA, pela falta de sinalização adequada;

Parágrafo décimo segundo. Expedir e quitar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT.

Parágrafo décimo terceiro. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal;

Parágrafo décimo quarto. Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do município;

Parágrafo décimo quinto. Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais de proteção, bem como cumprir integralmente o contido nos Acordos, Convenções Coletivas ou Sentenças Normativas referentes à categoria profissional dos seus empregados;

Parágrafo décimo sexto. Dar o destino adequado aos resíduos das obras e entregar o local das obras limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata. A CONTRATADA deverá seguir a Licença Ambiental Prévia e Instalação N°. 05/2023 com vencimento 28/11/2024, a qual autoriza a construção da obra com as devidas condições e restrições.

Parágrafo décimo sétimo. Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização do Município, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Técnico;

Parágrafo décimo oitavo. Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los;

Parágrafo décimo nono. Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo aos locais onde serão realizadas as obras e entregues os materiais e aos documentos e registros contábeis da empresa Contratada, sujeitando-se no caso de embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação de tais servidores e órgãos a responsabilização administrativa, civil e penal;

Parágrafo vigésimo. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Parágrafo vigésimo primeiro. Retirar imediatamente do canteiro qualquer material que for rejeitado em inspeção pela FISCALIZAÇÃO;

Parágrafo vigésimo segundo. Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

Parágrafo vigésimo terceiro. A contratada será responsável pela matrícula da obra junto ao INSS, antes do início da sua execução, bem como pela devida anotação da responsabilidade técnica – ART ou RRT de execução junto ao respectivo conselho profissional, bem como suas respectivas baixas após a conclusão da obra.

Parágrafo vigésimo quarto. A contratada deverá executar a obra observando fielmente o projeto básico, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.

Parágrafo vigésimo quinto. A contratada deverá executar todas as obras, serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram o Edital e anexos, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas aplicáveis a obra, tais como da ABNT, normas de segurança do trabalho, além de outras determinadas pelo Contratante.

Parágrafo vigésimo sexto. A contratada deverá prestar garantia mínima de 5 (cinco) anos conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando o licitante vencedor responsável por todos os encargos decorrentes disso.

DO PREÇO

Cláusula 4ª. O valor a ser pago pelo **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** será de R\$ pela execução, sendo o valor de R\$ para os materiais e o valor de R\$...para a mão de obra.

DA EXECUÇÃO

Cláusula 5ª. O prazo de execução será de 120 (cento e vinte) dias, após a assinatura do contrato (que será considerado a ordem de início da obra), e deverá ser executado conforme o projeto básico de responsabilidade do Engenheiro Civil Adolar Stuker - CREA 76.978. O Regime de Execução da Obra é indireta, por Empreitada Global.

Parágrafo primeiro. O prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela Contratada, mediante documento protocolado no Protocolo Geral, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e desde que aceito pelo Município.

DO PAGAMENTO

Cláusula 6ª. O pagamento poderá ser efetuado em até seis parcelas, em até dez dias após a emissão do boletim de execução pelo Engenheiro Civil responsável e documentação exigida.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA deverá protocolar comunicado ao CONTRATANTE solicitando a medição. Após o protocolo, dentro de cinco dias, o Engenheiro Civil responsável realizará a vistoria e emitirá boletim, e então comunicará a CONTRATADA para a emissão da respectiva nota fiscal.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA poderá solicitar a 1ª medição após 10 dias de execução da obra, a demais com no mínimo 20 dias de intervalo, e a última parcela poderá ser solicitada somente quando da conclusão da obra.

Parágrafo terceiro. Para recebimento a CONTRATADA deverá enviar a seguinte documentação:

a) Primeira parcela:

- a.1)** Comprovação da matrícula da obra (cadastro específico do INSS);
- a.2)** Cópia das ART ou RRT de execução da obra devidamente quitada;
- a.3)** SEFIP completa, demonstrando que o colaborador que presta ao serviço, do mês imediatamente anterior ao da prestação de serviços;
- a.4)** Recibo de pagamento do salário e benefícios, dos empregados que trabalharam na prestação de serviço. Comprovante da competência imediatamente anterior ao da prestação de serviços;
- a.5)** Recibo da entrega DCTFweb do mês imediatamente anterior ao da prestação do serviço;
- a.6)** Guia de pagamento do INSS, conforme valores apurados no DCTFweb, e seu comprovante de recolhimento;
- a.7)** Guia de pagamento do FGTS do mês imediatamente anterior ao da prestação de serviço, e seu comprovante de recolhimento;
- a.8)** Nota Fiscal (emitida em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA/RS) com as seguintes informações: descrição do serviço executado, número do respectivo contrato e o valor da parcela a ser paga;

b) Demais parcelas:

- b.1)** Para a liberação das demais parcelas a CONTRATADA deverá apresentar os documentos elencados na **letra a, com exceção dos itens a.1 e a.2.**

c) Última parcela:

- c.1)** Para a liberação da última parcela a CONTRATADA deverá apresentar os documentos elencados na **letra a, com exceção dos itens a.1 e a.2** e ainda deverá apresentar ainda a CND da obra.

d) As retenções previdenciárias (INSS) e fiscais (ISSQN e IRRF) deverão ser destacadas na Nota Fiscal pela empresa na forma da Lei. Caso a empresa usufrua de algum benefício previsto em Lei, deverá apresentar documentação que comprove o mesmo.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Parágrafo quarto. Para a emissão da nota fiscal a empresa deverá observar o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

Parágrafo quinto. No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

DA VIGÊNCIA

Cláusula 7ª. O Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e terá seu vencimento 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 8ª. As despesas referentes ao presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05	SEC.MUN.DE OBRAS,VIAÇÃO E TRÂNSITO	
1	6	IMPLANTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTU
449051910000	OBRAS EM ANDAMENTO	

DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Cláusula 9ª. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

Parágrafo único. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

DO REAJUSTE

Cláusula 10. Transcorrido o período de 12 (doze) meses, a contar do mês do orçamento estimado de preços (constante no Termo de Referência) a CONTRATADA adquire o direito a ter seus preços reajustados anualmente, através do índice constante no código tributário municipal ou outro que vier a substituí-lo, correspondente à variação no período.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Cláusula 11. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos artigos 137, 138 e/ou 139 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 12. Ficam fixadas as seguintes sanções:

Parágrafo primeiro. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução do contrato.

Parágrafo segundo. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Cláusula 12 – Parágrafo primeiro deste Contrato as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” na Cláusula 12 - do Parágrafo segundo deste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” da mesma cláusula.

Parágrafo quarto. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto na Cláusula 12 - do Parágrafo segundo deste Contrato.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

Parágrafo quinto. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo sexto. A aplicação das sanções previstas na Clausula 12 - do Parágrafo segundo deste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo sétimo. Na aplicação da sanção prevista na Clausula 12 - do Parágrafo segundo alínea “b”, do presente Contrato, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Parágrafo oitavo. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do na Clausula 12 - do Parágrafo segundo deste Contrato o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Parágrafo nono. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo décimo. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Parágrafo décimo primeiro. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo décimo segundo. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações

- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo décimo terceiro. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “e” e “g” da Clausula 12 - do Parágrafo primeiro do presente Contrato exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Cláusula 13. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Executivo nº 4.563, de 27/03/2023. A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do contrato se dará pelo servidor Sérgio Biancon, matrícula sob o nº matricula sob o nº. 138-4/1 Secretário de Obras Viação e Trânsito (adjunto).

Parágrafo primeiro. A execução da obra será acompanhada e fiscalizada também pelo Engenheiro Civil do Município, que anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, sem que isso importe na redução da responsabilidade da CONTRATADA pela boa execução do CONTRATO.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 14. As eventuais omissões desse contrato serão resolvidas pelas disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

DO FORO

Cláusula 15. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Ijuí/RS, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma

Aprovo:

Tatiana Raquel Dallabrida
OAB/RS 091.391 – Assessora Jurídica

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
ANEXO I

MODELO PROPOSTA FINANCEIRA CONCORRÊNCIA Nº 01/2024 - PROCESSO 144

Lote	Item	Quant.	Und	Especificação	Valor de materiais R\$	Valor de mão de obra R\$
1	1	1,00	UN	Execução do Projeto Construção Ponte em Concreto Armado	127.700,41	65.526,11

Total Geral do Projeto Máximo: R\$ 191.226,52

Obs.: Cronograma Físico-Financeiro, Orçamento Discriminado, Planilha de Composição de Encargos e Planilha de Percentual do BDI, são obrigatoriamente partes integrantes da proposta.

EMPRESA/CNPJ: _____

NOME LEGÍVEL DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA: _____

ASSINATURA _____

NOME E Nº DO REGISTRO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO _____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO _____

MEMORIAL DESCRITIVO

PROPRIETÁRIO: Município de Nova Ramada/RS

OBRA: Construção de uma Ponte em Concreto Armado

LOCAL: Moinho Ballin, Rio Bugiganga

Localização Geográfica : 28°05'07.8" S

53°41'49.3"W

ÁREA : 36,00 M²

1. APRESENTAÇÃO

O presente memorial integra o conjunto de informações técnicas destinadas à construção de uma ponte em concreto armado, composta por pista de rolamento com largura de 6,00 m e comprimento total de 6,00m, com guarda roda lateral em cada lado.

Os serviços executados e os materiais utilizados deverão observar rigorosamente os projetos, memoriais e especificações técnicas.

1. Características dos materiais utilizados

1.1. Concreto Armado

- Peso específico = 25 KN/m³
- Fck = 25 MPa

Ponte Classe 36 t – em rodovias de características classe I;
utilizado Para a elaboração dos diagramas de esforços nas estruturas foi utilizado Cálculo Manual, Para o desenho da ponte foi utilizado o AutoCAD 2016.

Cálculo das Cargas dos esforços (momento, cortante e normal) foi utilizado o Cálculo Manual. Já para o cálculo do momento Torçor, foi utilizada a composição de trem tipo da norma específica.

Cálculo das cargas permanentes, Peso próprio, Para o cálculo do peso foram considerados todos os elementos da ponte, como guarda-rodas (concreto) assim como pavimentos. Já para o cálculo da área de seção transversal que possui função estrutural, foram desconsiderados os guarda rodas e pavimentos que, apesar de contribuírem para fornecer rigidez ao sistema são destituídos de função estrutural para que o sistema esteja a favor da segurança.

Adolar Stüker
Engº Civil
CREA/RS 76.978

Cálculo das cargas móveis, Para o cálculo das linhas de influência e envoltória dos esforços, foi calculado manual, que utiliza os trens-tipo estipulados pela Norma brasileira NBR 7188 / 1982. O adotado para o presente trabalho foi o trem tipo para pontes classe 36 t.

2. SERVIÇOS PRELIMINARES

2.1. PROJETO

2.1.1. Levantamento Topográfico

Os níveis marcados na Planta de Implantação deverão ser rigorosamente obedecidos.

2.1.2. Alterações do projeto

Não será permitida nenhuma alteração do Projeto sem prévia autorização.

2.2. INSTALAÇÕES DA OBRA

2.2.1. Limpeza permanente da obra e remoção de entulhos

A obra será mantida limpa, sendo o entulho transportado para locais apropriados, onde será utilizado como aterro, se for o caso.

Durante a execução da obra, deverão ser removidos periodicamente os entulhos de obra, mantendo em perfeitas condições de tráfego os acessos à obra, tanto para veículos como para pedestres. É de responsabilidade do Contratante disponibilizar equipamentos para efetuar esta organização, o item 2.2 não faz parte da Planilha Orçamentária.

2.2.2. Tapumes

A obra será limitada, onde for necessário, com tapumes executados em chapa simples de madeira compensada 10 mm, fixada com estrutura de madeira (pinho) e terá altura de 1,10 m. O executante é responsável pela segurança do canteiro.

2.2.3. Fixação de placas de obra

O Executante construirá "porta-placa", no qual será colocada placa para identificação da obra e das placas exigidas pela legislação profissional vigente, conforme art. 16 da resolução n.º 218 do CREA.

Adolar Stüker
Engº Civil
CREA/RS 76 978

2.2.4. INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

2.2.4.1. Instalação provisória de luz e força

O Executante deverá prover-se da luz e força necessária ao atendimento dos serviços da obra, ligando seu ponto de força à rede pública, atendendo as prescrições da NR-18.

2.2.4.2. Barracão de obras

Não faz parte da planilha orçamentaria, o local da obra é próximo do perímetro urbano e entendemos que junto ao alojamento ficara os materiais de trabalho.

2.2.5. Locação da obra

A obra deverá ser locada, de acordo com a planta de implantação, onde constam os pontos de referência de nível. Esta previsto na planilha orçamentária no item 1.3.

2.2.6. Máquinas e equipamentos de segurança e andaimes

Caberá ao Executante o fornecimento de todas as máquinas, tais como betoneiras, guinchos, serras, vibradores, etc., necessárias à boa execução dos serviços, bem como dos equipamentos de segurança (botas, capacetes, cintos, óculos, extintores, etc.) necessários e exigidos pela Legislação vigente. Serão obedecidas todas as recomendações com relação à segurança do trabalho contidas nas normas reguladoras relativas ao assunto, como NR-6 Equipamentos de Proteção Individual, NR-18 Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

Os andaimes deverão apresentar boas condições de segurança observar as distâncias mínimas da rede elétrica e demais exigências das normas brasileiras; ser dotados de proteção contra queda de materiais em todas as faces livres.

2.3. Mobilização e Desmobilização

Equipamentos e ferramentas para a execução de todos os serviços necessários para conclusão da obra, previsto na **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS 01**, tempo médio necessário dos equipamentos utilizados e acomodações para os funcionários durante o período de execução da obra.

3. MOVIMENTO DE TERRA

3.1. Escavação mecânica de solo

Como em quase toda a extensão da obra está presente solo na superfície, será necessário em certos locais o nivelamento do terreno ou remoção de elementos que possam atrapalhar a estabilidade dos elementos executados no local. Para maior facilidade neste serviço orienta-se a utilização de escavadeira hidráulica ou dependendo das condições de chegar ao local do serviço a utilização de retroescavadeira, caso esta possa atender à necessidade. **Não esta previsto na Planilha Orçamentária, sendo de responsabilidade da Contratante.**

3.2. Escavação manual de solo

A executante após o termino do processo da escavação mecanizada deverá proceder a escavação manual para retirar o restante do material que a escavação mecanizada não conseguiu, caracterizado como retirada dos excessos limpeza.

4. INFRA-ESTRUTURA

4.1. Perfuração em rocha

Para a ligação e transferência de carga da estrutura, será executada através da ligação entre a viga de fundação e a rocha através de pinos consolidados a rocha. As perfurações devem seguir o especificado do projeto de locação dos furos, a profundidade média deve ser de 2,0 m, utilizando uma broca capaz de chegar a esta profundidade. O diâmetro do furo deve ser de 46 mm, diâmetro capaz de suportar a colocação do pino e a sua consolidação através de nata de cimento, conforme especificado nas plantas do projeto. Orçado com codificação SINAPI 103229, no item 3.1 da planilha orçamentária

4.2. Colocação de pinos em rocha

Após a execução dos furos deve ser executado a colocação dos pinos na rocha e consolidados por nata de cimento. Os pinos serão feitos de aço CA-50 com diâmetro de 20,00 mm (3/4"), colocando até o final do furo. Deve-se deixar no mínimo 25 cm de espera após a cota do furo para a ligação com a viga de fundação. O preenchimento do furo para consolidação com a rocha e aderência do pino em aço deve ser feita através de nata de cimento, com resistência mínima de 20 MPa. Orçado na planilha Composição 2.

Adolar Stuké
Engº Civil
CREA/RS 76.077

4.3. Viga de Fundação em concreto armado

Serão executados sobre a rocha fixada com pinos de aço, a viga em concreto armado, com fck mínimo de 25 Mpa, utilizando materiais e insumos de primeira qualidade, a qual terá função de apoio e transferência de carga da cortina para as fundações, que são utilizadas de apoio do tabuleiro do vão interno que são locados dentro do curso do rio. Os aços utilizados para armaduras dos elementos são: CA-50 e CA-60. Os detalhes de locação, disposição de armadura, dimensões dos elementos e ligações com a fundação, cortina e longarina estão melhor detalhados no projeto estrutural anexo a este memorial.,
Planilha Orçamentaria composição 3.

5. MESO-ESTRUTURA

4.4. Cortina de contenção em concreto armado

Cortina com 3 m de altura e 30 cm de espessura

No sentido horizontal será executado nas duas cortinas 60 barras diâmetro 8 com espaçamento de 20 cm, comprimento 16,75 m.

No sentido vertical será executado nas duas cortinas 99 barras diâmetro 8 mm com espaçamento de 17 cm, comprimento 3,80 m.

Dimensionamento das Cortinas, foi levado em consideração Empuxo de Terras sobre a Cortina, e Empuxo de sobrecarga nas Cortinas, e cargas permanentes e móveis.

Serão executados complementos das cortinas em concreto armado com fck mínimo de 25 MPa, de acordo com as especificações constantes no projeto estrutural. As formas utilizadas deverão ser em madeira e servirão para apoio das longarinas nas extremidades da ponte e contenção dos aterros executados para acesso a ponte, mais detalhes estão descritos nas plantas.

Adolar Stüke
Engº Civil
CREA/RS 76.970

5.SUPER-ESTRUTURA

4.5. Longarinas pré-moldadas 0,30 x 0,60 x 6,00m

Serão executadas longarinas Classe 45, pré-moldadas em concreto armado, com fck mínimo de 30 MPa, com secção de 0,30 X 0,60 m e comprimento de 6,00m conforme especificações constantes do projeto estrutural. As longarinas serão executadas no local não sendo necessário assim orçar o transporte das mesmas.

Planilha orçamentária composição 5.

4.6. Concreto armado enchimento dos apoios

Para a ligação entre as longarinas apoiadas sobre as cortinas, faz-se necessário a utilização de uma viga transversina sobre a cortina ligando todas as longarinas. Para esta ligação é necessário a ancoragem entre a armadura de espera das cortinas e a armadura transversal que transpassa por dentro das longarinas, fazendo com que todas trabalhem em conjunto. Os enchimentos dos apoios de entrada devem ser executados com concreto com fck mínimo de 25MPa, os aços utilizados para armaduras dos elementos são: CA-50 e CA-60. As dimensões e locação da transversina intermediária estão especificadas nos projetos em anexo a este memorial.

Planilha Orçamentária composição 6.

4.7. Vigotes Trelaçados

Para a execução da laje em concreto armado, será utilizada vigotas trelaçadas apoiadas sobre as longarinas com apoio mínimo de 10 cm em cada lado, para que não ocorra escorregamento no momento da concretagem. As vigotas trelaçadas são utilizadas como forma de pré-laje já incorporada a armadura inferior da laje. Composta por vigotas trelaçadas de 5 cm de altura, por 12,5 cm de largura, dispostos uma ao lado da outra (sem tabelas).

Sobre as longarinas se assentará a laje de forma em concreto armado pré-moldado, composta por vigotes de 10cm de altura, por 12,5 cm de largura, dispostos um ao lado de outro (sem tabelas), com dois ferros 6,00 mm como armadura de tração (banzo inferior) e um ferro 6,0 mm como armadura de compressão (banzo superior) com estribos diagonais de 4,2 mm.

Adolar Stüke
Engº Civil
CREA/RS 76 976

4.8. Transporte vigotes até a obra

Como as vigotas treliçadas utilizadas são executadas em pré-moldados, e necessário o transporte dos elementos executados na empresa vencedora até o local da obra. Para este serviço foi considerado o peso dos elementos utilizando o peso do concreto armado de 25 kN/m^3 , conforme especificado pela NBR 6120/1980. Sendo transportada por rodovia pavimentada. A distância média de transporte (DMT) considerada foi de 350 km usando a cidade de Nova Ramada como raio de referência. O transporte deve ser feito com veículo capaz de suportar as dimensões e condições de transporte do local até a obra.

4.9. Concreto aparente moldado "in loco" para capeamento

Sobre a laje de forma será executado um concreto de capeamento de maneira que a laje apresente uma espessura total final de 20 cm, com f_{ck} mínimo de 25 MPa, e demais armaduras complementares necessárias conforme consta do projeto estrutural.

4.10. Montagem das longarinas com guindaste auto-propelido

Pelas dimensões e peso considerado das longarinas a serem utilizadas na obra, faz-se necessária a utilização de guindaste com lança para a colocação das longarinas em suas posições. E necessário equipamento capaz de executar o serviço com a lança aberta capaz de lançar as longarinas de 6 metros, as longarinas já possuem esperas para o içamento das longarinas com o guindaste.

4.11. Guarda-Roda em concreto armado

Nos limites laterais do tabuleiro serão executados guarda roda em concreto armado formado por uma base totalmente em concreto armado na altura de 20cm. Os guarda rodas devem ser executadas com concreto com f_{ck} mínimo de 25MPa, os aços utilizados para armaduras dos elementos são: CA-50 e CA-60. As dimensões e locação do guarda rodas em concreto armado estão especificados nos projetos em anexo a este memorial

5. SERVIÇOS FINAIS E EVENTUAIS

5.1. Desmontagens das instalações

Concluídos os serviços, o canteiro será desativado, devendo ser feita imediatamente a retirada das máquinas, equipamentos, restos de materiais e entulhos em geral. A área deverá ser deixada perfeitamente limpa e em condições de ser utilizada.

5.2. Remoções e finais do entulho

Deverá ser toda a área do tabuleiro limpa e removido todos os entulhos restantes da obra.

5.3. Arremates finais e retoques

Após a limpeza, serão feitos todos os pequenos arremates finais e retoques que forem necessários.

Nova Ramada, 24 de novembro de 2023

~~Adolar Stüker~~
~~Eng. Civil~~
~~Adolar Stüker~~
Engenheiro Civil
CREA RS 76978

Prefeitura Municipal de
Nova Ramada
A P R O V O
Em 18/11/2024

MEMORIA DE CÁLCULO

PROPRIETÁRIO: Município de Nova Ramada/RS

OBRA: Construção de uma Ponte em Concreto Armado

LOCAL: Moinho Ballin, Rio Bugiganga

Localização Geográfica : 28°05'07.8" S

53°41'49.3"W

ÁREA : 36,00 M²

1.SERVIÇOS INICIAIS

1.1 Placa da obra: PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, M2 250,00 DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXAÇÃO)

Dimensões:

Altura: 1,20m

Comprimento: 2,40m

Área = 1,20m x 2,40m = 2,88 M²

1.3 Locação da Obra: LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS P M CR 48,81 ONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES

Dimensões:

Largura: 6,00m

Comprimento: 6,00m

Área = 6,00m x 6,00m = 36,00m²

1.4 Mobilização e Desmobilização

1 unidade de mobilização e desmobilização, que compõe o transporte de materiais, equipamentos e operários até o local da obra.

Grupo gerador 60/66 KVA 85HP , 6 dias x 1h45 min = 55 h

Compressor Atlas Copco, 6 dias x 1h45min = 55 h

Martelete 6 dias x 1h45 min. = 55 h

Betoneira , 20 dias x 8h = 160 h

Vibrador, 20 dias x 8 = 160 h

2.0 Movimento de Terra

Execução pela contratante

3.0 Infra-Estrutura

Perfuração em Rocha

PERFURATRIZ PARA FURO DIRECIONAL COM CAPACIDADE DE 90 H C 85,83 KN A 200 KN, POTÊNCIA 100 HP A 160 HP (INCLUSO FERRAMENTAS E LOCALIZAÇÃO) –

Perfuração 30 und x 2 m = 60 m

Colocação de Pinus em rocha , 30 und. x 2,25 m = 67,50 m

Viga de fundação em concreto armado $(3,51+5,65+3,51) \times 1,20 \times 0,70 = 22,93 \text{ m}^3$
Ferro diâmetro 12,5 mm CA-50, 48,58 barras $\times 11,46 \text{ kg} = 556,81 \text{ kg}$
Ferro diâmetro 8 mm CA-50 59 barras $\times 4,74 \text{ kg} = 279,66$
Forma de chapa resinada, $(4+5,65+4) \times 0,7 \times 4 = 38,24 \text{ m}^2 \times 4,0$

Montagem das longarinas com guindaste auto-propelido

Tempo médio para lançamento e locação das longarinas utilizando a lança, cada longarina de 2 h totalizando para as 5 longarinas 10 h de serviço. Incluindo manutenção e operador.

Cortina em concreto armado: Dimensões

Área: $(4+6,65+4) \times 0,3 \text{ m} = 4,39 \text{ m}^2$

Altura: 3,0m

Volume = $4,39 \text{ m}^2 \times 3,0 \text{ m} = 13,17^3$

2 cortinas no total = $2 \times 13,17 \text{ m}^3 = 26,37 \text{ m}^3$

Longarinas pré-moldadas 0,30 x 0,60 x 6,00 m:

05 unid. - $0,30 \text{ m} \times 0,60 \text{ m} \times 6,00 \text{ m} = 1,08 \text{ m}^3$ cada longarina

5 und $\times 1,08 \text{ m}^3 = 5,4 \text{ m}^3$

Concreto enchimento dos apoios:

Largura: 0,3 m

Altura: 0,60m

Comprimento: $1,10 \times 8 \text{ und} = 8,8 \text{ m}$

Quant.: 8 unid.

Volume = $0,30 \text{ m} \times 0,60 \text{ m} \times 1,10 \text{ m} \times 8,00 \text{ unid.} = 1,58 \text{ m}^3$

Vigotes treliçados:

$6,00 \text{ m} / 0,125 \text{ m} = 48$ vigotes

Largura: 6,00m

Quant. = $48,00 \text{ unidades} \times 4 \text{ m} = 192,00 \text{ unidades}$

Transporte Vigotes:

$0,017 \text{ ton} \times 192,00 \text{ m} \times 350,00 \text{ km} = 1.142,40 \text{ tx.km}$

Concreto aparente $f_{ck} = 25 \text{ MPa}$ "in loco" para capeamento:

Largura: 6,00m

Comprimento: 6,00m

Altura: 0,20 m

Volume = $6,00 \text{ m} \times 6,00 \text{ m} \times 0,20 \text{ m} = 7,20 \text{ m}^3$

Guarda-roda em concreto armado:

0,20m x 0,2m x 6,00m x 2 unid. = 0,50 m³

Nova Ramada, 24 de novembro 2023



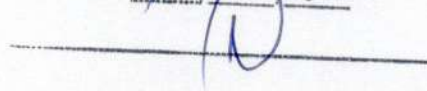
Adolar Stuker

Eng. Civil CREA 76.978

Prefeitura Municipal de
Nova Ramada

A P R O V O

Em 19/09/2024



Proprietário: Município de Nova Ramada

Obras: Ponte em Concreto Armado Estrutura Mistá

Local: Molambo Bailin, sobre o Rio Buganga, Localização Geográfica 28°05'07.8"S 53°41'49.3"W

Área: 36,00m²

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	SERVIÇOS	QUANT	UNID	MATERIAL		MÃO DE OBRA		TOTAL C/ BDI	CÓDIGO	
				UNIT	TOTAL	UNIT	TOTAL			
1.0	SERVIÇOS INICIAIS									
1.1	Placa de Obra em chapa galvanizada	4,50	m²	R\$ 298,00	R\$ 1.341,00			R\$ 1.665,92	74209	SINAPI
1.2	Locução da obra	36,00	m	R\$ 48,81	R\$ 1.751,16	R\$ 11,82	R\$ 425,76	R\$ 2.711,84	99059	SINAPI
1.3	Mobilização e Desmobilização	1,00	unid	R\$ 8.567,95	R\$ 8.567,95			R\$ 10.643,96	COMPENSAÇÃO 1	
	Total do Item 1 BDI				R\$ 11.666,11			R\$ 12.609,87		
2.0	MOVIMENTO DE TERRA				R\$ 14.492,80			R\$ 15.021,72		
2.1	execução pela Contratante									
3.0	INFRA-ESTRUTURA									
3.1	Perfuração em rocha d=60mm	60,00	m	R\$ 36,92	R\$ 2.215,20	R\$ 12,30	R\$ 738,00	R\$ 3.668,76	5605912	SICRO
3.2	ferrão diâmetro 3/4 mm 20 mm CA50	130,00	kg	R\$ 11,68	R\$ 1.752,00	R\$ 2,83	R\$ 424,50	R\$ 2.703,00	404819	SICRO
3.3	chumbador de pinos em rocha d=22 mm	67,50	m	R\$ 89,32	R\$ 6.029,10	R\$ 22,33	R\$ 1.994,51	R\$ 9.967,73	5605799	SICRO
3.4	Ferro diâmetro 8 mm CA -50 59	751,50	KG	R\$ 11,68	R\$ 8.777,52	R\$ 2,92	R\$ 2.194,38	R\$ 13.630,39	407819	SICRO
3.5	Ferro diâmetro 12,5 mm CA-50 , 4858	556,81	KG	R\$ 11,68	R\$ 6.505,54	R\$ 2,92	R\$ 1.625,88	R\$ 10.099,18	407819	SICRO
	barra x 11,46 kg = 556,81 kg	36,24	m³	R\$ 87,15	R\$ 3.332,62	R\$ 21,78	R\$ 1.898,78	R\$ 5.231,40	3106121	SICRO
3.6	Viga de fundição em concreto armado	22,93	m³	R\$ 454,79	R\$ 10.428,33	R\$ 113,69	R\$ 2.607,08	R\$ 16.193,89	1107896	SICRO
	FCK 25 Mpa									
	Total do Item 3 BDI				R\$ 39.038,31			R\$ 50.521,44		
4.0	MESO-ESTRUTURA									
4.1	leçamento de longarina com guilhotina	5,00	unid							
4.4	Cortina em concreto armado FCK 25 Mpa	26,37	m²	R\$ 454,79	R\$ 11.992,81	R\$ 113,69	R\$ 2.998,20	R\$ 18.623,33	3806420	SICRO
	Total do Item 4 BDI				R\$ 11.992,81			R\$ 21.541,10		
5.0	SUPER-ESTRUTURA									
	Total do Item 5 BDI				R\$ 14.898,66			R\$ 29.245,11		
5.1	Longarinas coner. armado	5,00	unid	R\$ 4.266,38	R\$ 21.331,90	R\$ 883,07	R\$ 4.415,35	R\$ 25.747,25	Composição 2	
	0,30x0,60x6,00m *									
5.2	Armadura transversal com tela Q 283	161,00	kg	R\$ 4,48	R\$ 722,53	R\$ 1,12	R\$ 180,32	R\$ 1.121,61	408067	SICRO
5.3	Concreto armado enchimento apoios	1,58	m³	R\$ 454,79	R\$ 718,57	R\$ 113,69	R\$ 179,64	R\$ 788,15	1107896	SICRO
5.4	Vigotas treliçadas	192,00	m	R\$ 48,81	R\$ 9.371,52	R\$ 27,62	R\$ 5.303,04	R\$ 14.674,56	Composição 3	
5.5	Transporte vigotas até a obra	1.142,40	tkm	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,84	R\$ 939,62	R\$ 939,62	Composição 4	
5.6	Concreto aparente: fck=30MPa "in loco"	7,20	m³	R\$ 479,79	R\$ 3.464,69	R\$ 458,28	R\$ 3.299,62	R\$ 8.985,04	Composição 5	
5.7	Montagem das longarinas com guilhotina auto-propelido	16,00	horas	R\$ 266,87	R\$ 4.269,92	R\$ 84,27	R\$ 1.348,32	R\$ 5.618,24	10.807	SICRO
5.8	Guarda-rede em concreto armado	0,50	m³	R\$ 454,79	R\$ 227,40				1107896	SICRO
	Total do Item 5 BDI				R\$ 40.006,32			R\$ 69.298,25		
	Total do Item 5 BDI				R\$ 49.811,66			R\$ 69.298,25		
	TOTAL ORÇAMENTO S/BDI				R\$ 102.793,55			R\$ 153.929,44		
	TOTAL ORÇAMENTO c/BDI				R\$ 127.700,41			R\$ 191.226,52		

As planilhas de referência dos custos do SICRO utilizadas, são as do mês de novembro de 2023, com atualização 05/01/2024

Nova Ramada do Sul, 14 de março de 2024

Documento assinado digitalmente

Adolair Stuger
Eng.º Civil
gov.br
ADOLAIR STUGER
Data: 08/04/2024 11:40:15 -0300
Verifique em https://validar.rn.gov.br
CREA/RN: 76978

PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Composição 1 - Mobilização e Desmobilização

Composição I - Mobilização e Desmobilização									
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT	UNID	MATERIAL		MÃO DE OBRA		CÓDIGO SINAPI	VALOR SINAPI S/BDI
				UNIT	TOTAL	UNIT	TOTAL		
EQUIPAMENTOS:									
1.1	Grupo gerador 60/66 KVA 85HP	55,00	h	R\$ 73,66	R\$ 4.051,30			R\$ 93,420	R\$ 59,30
1.2	Compressor Atlas/Copco 250 a 275 PCM	55,00	h	R\$ 65,29	R\$ 3.590,55			R\$ 5,953	R\$ 52,56
1.3	Martelete/rompedor Atlas-Copco	55,00	h	R\$ 2,06	R\$ 113,30			R\$ 95,619	R\$ 1,66
1.4	Betoneira 320 litros motor elétrico 2 CV	160,00	h	R\$ 4,64	R\$ 742,40			R\$ 87,444	R\$ 3,74
1.5	vibrador de imersão ponteira 45 mm	160,00	h	R\$ 0,55	R\$ 70,40			R\$ 90,582	R\$ 0,44

Composição 2 - Longarina para Ponte

Composição 2 - Longarina para Ponte									
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT	UNID	DIMENSÕES : 0,30mx 0,60m x 6,00m		UNIDADE : unidade		CÓDIGO SINAPI	VALOR SINAPI S/BDI
				MATERIAL	TOTAL	MÃO DE OBRA	TOTAL		
1.0	MATERIAL								
1.1	Concreto Usinado Bombado fck=30 MPa	1,08	m³	R\$ 632,92	R\$ 683,55			R\$ 94,966	R\$ 509,25
1.2									
1.3									
1.4	Ferro Ø 1/2" (12,5mm) CA-50	230,08	kg	R\$ 10,73	R\$ 2,468,76	R\$ -	R\$ -	R\$ 92,804	R\$ 8,64
1.5	Ferro Ø 5,0mm CA-60	65,00	kg	R\$ 13,17	R\$ 856,05	R\$ -	R\$ -	R\$ 92,800	R\$ 10,64
1.6	Forma chapa resinada 18 mm	6,58	m²	R\$ 221,80	R\$ 1,459,44			R\$ 84,221	R\$ 220,99
1.7	Desmoldante p/concreto	2,00	l	R\$ 4,86	R\$ 9,72	R\$ -	R\$ -	R\$ 2,692	R\$ 4,86
1.8	Arame recozido	7,00	kg	R\$ 27,61	R\$ 193,27	R\$ -	R\$ -	R\$ 43,132	R\$ 22,23
2.0	Total do Item				R\$ 5,670,80		R\$ -	R\$ 2,649,87	
2.1	Mestre obra	5,00	h	R\$ -	R\$ -	R\$ 94,66	R\$ 473,30	R\$ 90,780	R\$ 94,66
2.2	Carpinteiros	3,00	h	R\$ -	R\$ -	R\$ 25,43	R\$ 76,29	R\$ 88,262	R\$ 25,43
2.3	Pedreiros	4,00	h	R\$ -	R\$ -	R\$ 25,81	R\$ 103,24	R\$ 88,309	R\$ 25,81
2.4	Ferreiros (armador)	4,00	h	R\$ -	R\$ -	R\$ 25,61	R\$ 102,44	R\$ 88,245	R\$ 25,61
2.5	Serventes	6,00	h	R\$ -	R\$ -	R\$ 21,30	R\$ 127,80	R\$ 88,316	R\$ 21,30
3.0	Total do Item				R\$ -		R\$ 883,07	R\$ 883,07	
3.1	EQUIPAMENTOS								
3.1	Betoneira 320 L	23,00	h	R\$ 3,74	R\$ 86,02	R\$ -	R\$ -	R\$ 87,444	R\$ 3,74
3.2	Bancada serra circular elétrica	20,00	h	R\$ 1,14	R\$ 22,80	R\$ -	R\$ -	R\$ 91,691	R\$ 1,14

1

3.3	Vibrador de imersão	9.00	h	R\$	2.96	R\$	26.64	R\$	-	R\$	-	R\$	26.64	10.486	R\$	2.96
3.4	Grupo gerador de 20 a 80 KVA a diesel	46.00	h	R\$	10.41	R\$	478.86	R\$	-	R\$	-	R\$	478.86	93.420	R\$	10.41
3.5																
	Total do Item					R\$	614.32					R\$	614.32			
													R\$ 4.147,26			
													24.23%			
													R\$ 5.149,45			

CRITÉRIOS UTILIZADOS:

MÃO DE OBRA:

- 1) CORTE, DOBRA E MONTAGEM DA FERRAGEM
- 2) LIMPAR/PASSAR DESMOLDANTE NA FORMA
- 3) MONTAGEM DA FORMA
- 4) PREPARO/LANÇAMENTO/VIBRAÇÃO CONCRETO.
- 5) CURA DA PEÇA CONCRETADA
- 6) DESFORMAR/DEPOSITAR PÁTIO.
- 7) CARREGAR CAMINHÃO.

Composição 3 - Vigotes Trelçados													
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT	UNID	DIMENSÕES : 1,00m x 0,05 m x 0,125m						UNIDADE : m			
				MATERIAL		MÃO DE OBRA		TOTAL		TOTAL			
				UNIT	TOTAL	UNIT	TOTAL	UNIT	TOTAL				
1.0	MATERIAL												
1.1	Cimento	2.50	Kg	R\$	1.01	R\$	2.53	R\$	-	R\$	-	R\$	2.53
1.2	Areião	0.05	m³	R\$	105.00	R\$	5.58	R\$	-	R\$	-	R\$	5.58
1.3	Brita 01	0.05	m³	R\$	89.63	R\$	4.76	R\$	-	R\$	-	R\$	4.76
1.4	Trelça TR12	1.00	m	R\$	18.63	R\$	18.63	R\$	-	R\$	-	R\$	18.63
	Total do Item					R\$	31.49					R\$	31.49
2.0	MÃO DE OBRA												
2.1	Pedreiro	0.20	hora	R\$	-	R\$	-	R\$	25.81	R\$	5.16	R\$	5.16
2.2	Ferreiro	0.20	hora	R\$	-	R\$	-	R\$	25.61	R\$	5.12	R\$	5.12
2.3	Servente	0.45	hora	R\$	-	R\$	-	R\$	21.30	R\$	9.59	R\$	9.59
	Total do Item					R\$	-			R\$	19.87	R\$	19.87
CUSTO TOTAL VIGOTES TRELÇADOS													
												R\$	51.36
CRITÉRIOS UTILIZADOS : MÃO DE OBRA													

CRITÉRIOS UTILIZADOS:

MÃO DE OBRA:

- 1) LIMPEZA/PASSAR DESMOLDANTE FORMA.
- 2) PREPARO/LANÇAMENTO/VIBRAÇÃO CONCRETO.
- 3) ESTALEIRAR FORMAS CONCRETADAS.
- 4) DESFORMAR/DEPOSITAR PÁTIO.
- 5) CARREGAR CAMINHÃO.

7

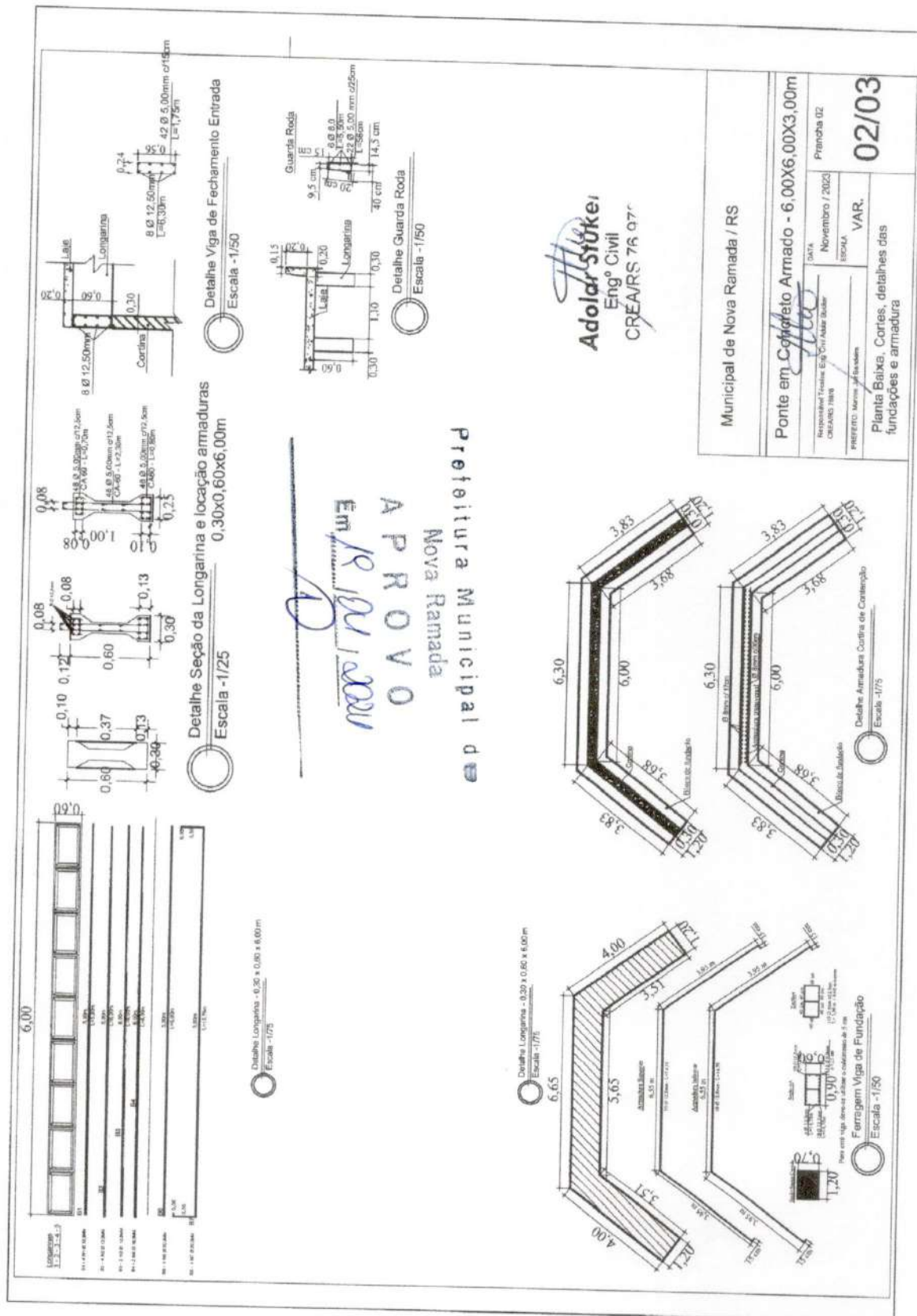
Proprietário: Município de Nova Ramada											
Obra: Ponte em Concreto Armado Estrutura Mista											
Local: Moimbo Ballim, sobre o Rio Bugiganga, Localização Geográfica 28°05'07,8"S 53°41'49,3"W											
Área: 36,00m²											
CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO											
ITEM	SERVIÇOS	1º ETAPA	%	2º ETAPA	%	3º ETAPA	%	4º ETAPA	%	TOTAL	%
1.0	SERVIÇOS INICIAIS	R\$ 15.021,72	100,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ 12.091,87	8,05%
2.0	MOVIMENTO DE TERRA		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%		
3.0	INFRA-ESTRUTURA	R\$ -	0,00%	R\$ 30.312,87	60,00%	R\$ 20.208,58	40,00%	R\$ -	0,00%	R\$ 50.521,44	35,31%
4.0	MESO-ESTRUTURA	R\$ -	0,00%	R\$ 26.486,26	60,00%	R\$ 17.657,51	40,00%	R\$ -	0,00%	R\$ 44.143,77	36,53%
5.0	SUPER-ESTRUTURA	R\$ -	0,00%	R\$ -	0,00%	R\$ 27.719,30	40,00%	R\$ 41.578,95	60,00%	R\$ 69.298,25	20,11%
	TOTAL ETAPA	R\$ 15.021,72	8,05%	R\$ 64.143,93	35,31%	R\$ 70.481,92	36,53%	R\$ 41.578,95	20,11%	R\$ 191.226,52	100,00%
	TOTAL ORÇAMENTO	R\$ 15.021,72	8,05%	R\$ 79.165,65	43,36%	R\$ 149.647,57	79,89%	R\$ 191.226,52	100,00%	R\$ 191.226,52	100,00%

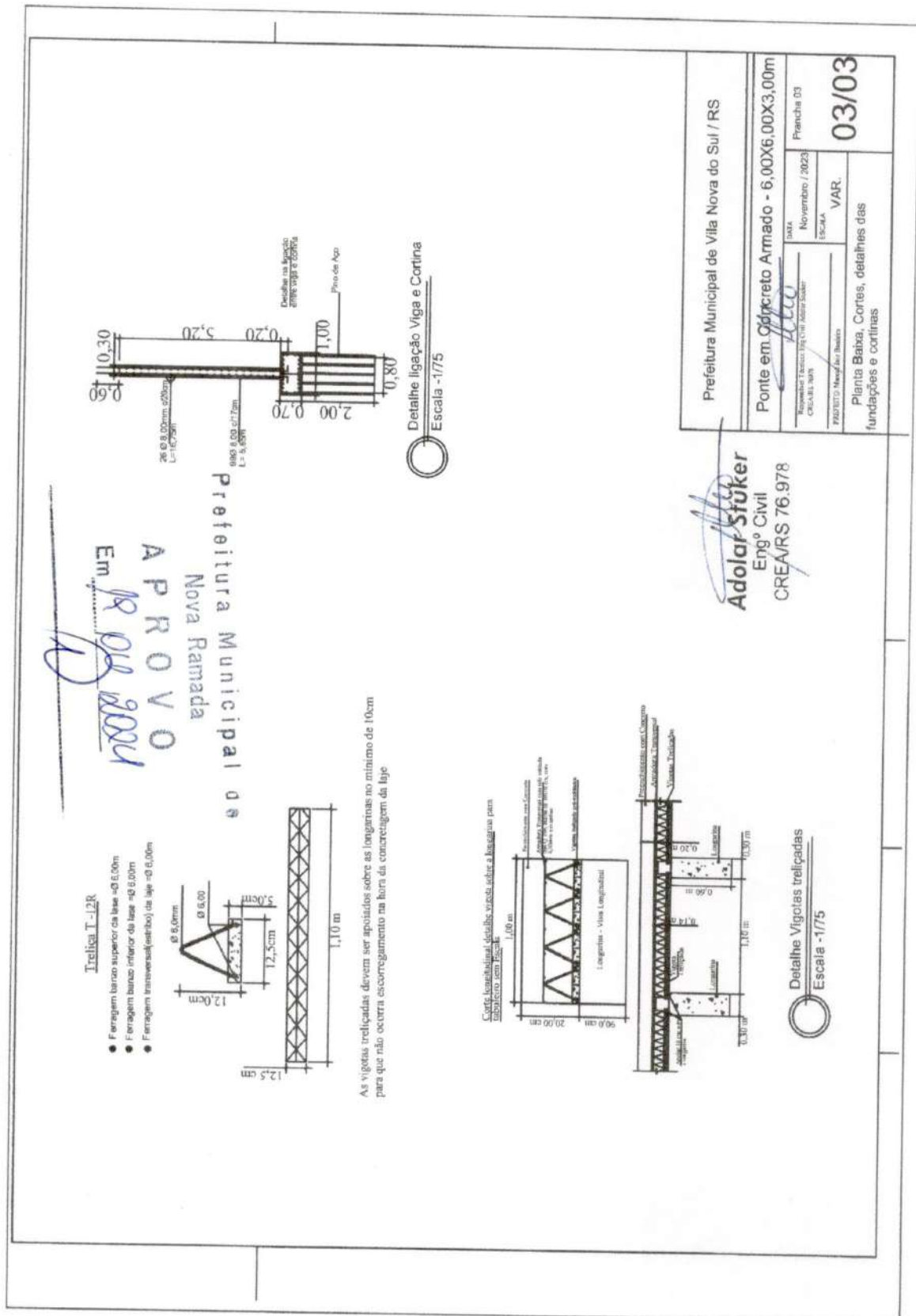
Nova Ramada, 14 de março de 2024

Adolar Stuker
Eng.º Civil
CREA/RS: 76978

Documento assinado digitalmente
gov.br
ADOLAR STUKER
Data: 08/04/2024 11:41:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>









Tipo: OBRA OU SERVIÇO Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS076978 Profissional: ADOLAR STUKER E-mail: adolarstuker@yahoo.com.br
RNP: 2205294350 Título: Engenheiro Civil
Empresa: NENHUMA EMPRESA Nr.Reg.:

Contratante


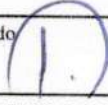
Nome: MUNICIPIO DE NOVA RAMADA E-mail:
Endereço: AVENIDA GUSTAVO KONIG, 95 Telefone:
Cidade: NOVA RAMADA Bairro.: CENTRO CPF/CNPJ: 01611828000149
CEP: 98758971 UF: RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: MUNICIPIO DE NOVA RAMADA
Endereço da Obra/Serviço: Estrada MOINHO BALLIN CPF/CNPJ: 01611828000149
Cidade: NOVA RAMADA Bairro: MOINHO BALLIN CEP: 98758971 UF: RS
Finalidade: PÚBLICO Vlr Contrato(RS): 198.670,94 Honorários(RS): 4.400,00
Data Início: 27/11/2023 Prev.Fim: 27/11/2024 Ent.Classe: ASEASG

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Projeto	Estruturas - Concreto Armado	36,00	M²
Projeto	INFRA-ESTRUTURA		
Projeto	SUPER-ESTRUTURA		
Projeto	MESO - ESTRUTURA		
Projeto	ORÇAMENTO		

ART registrada (paga) no CREA-RS em 29/11/2023

Local e Data	 Documento assinado digitalmente ADOLAR STUKER Data: 20/03/2024 12:04:34-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	na	De acordo
			 MUNICIPIO DE NOVA RAMADA
	Profissional		Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODE SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK SOCIEDADE - ART CONSULTA.

Proprietário: Município de Nova Ramada
Obra: Ponte sobre o rio Bugiganga
Planilha de Encargos Sociais

TAXAS DE LEIS SOCIAIS E RISCOS DO TRABALHO (%) - outubro de 2023

GRUPO I (A) - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS		
Item	Descrição das despesas	%
1	Previdência Social	20.00%
2	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	8.00%
3	Salário-Educação	2.50%
4	Serviço Social da Indústria (Sesi)	1.50%
5	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)	1.00%
6	Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa (Sebrae)	0.60%
7	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	0.20%
8	Seguro contra os acidentes de trabalho (INSS)	3.00%
9	Seconci Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário (aplicável a todas as empresas do III grupo da CLT - art. 577)	0.00%
Sub-Total		36.80%

GRUPO II (B) - ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE A		
Item	Descrição das despesas	%
1	Repouso semanal e feriados	22.15%
2	Auxílio-enfermidade (*)	0.91%
3	Licença-paternidade (*)	0.08%
4	13.º Salário	10.89%
5	Dias de chuva / faltas justificadas / acidentes de trabalho / greves / falta ou atraso na entrega de materiais ou serviços na obra / outras dificuldades (*)	11.78%
Sub-Total		45.81%

GRUPO III (C) - ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS GLOBAIS DE A		
Item	Descrição das despesas	%
1	Depósito por despedida injusta 40% sobre [A2 + (A2 x B)]	4.99%
2	Férias (indenizadas)	3.68%
3	Aviso-prévio (indenizado) (*)	5.59%
Sub-Total		14.26%

GRUPO IV (D) - TAXAS DAS REINCIDÊNCIAS		
Item	Descrição das despesas	%
1	Reincidência de A sobre B	16.86%
2	Reincidência de A 2 sobre C 3	0.48%
Sub-Total		17.34%

TOTAL GERAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	114.21%
----------------------------------	---------

(*) adotado

NOTA: Nas cidades onde não existe ambulatório Seconci, exclui-se o item A 9

Nova Ramada, 18 de março de 2024

Adolar Stuker- Eng. Civil - CREA 76978



Documento assinado digitalmente
ADOLAR STUKER
Data: 19/03/2024 13:27:02-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prefeitura Municipal de
Nova Ramada

A P R O V O

Em 19/04/2024

Proprietário: Município de Vova Ramada	
Obra: Ponte no Rio Bugiganga	
Local: Moinho Ballin	
PARÂMETROS DO BDI	
TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO	DESONERAÇÃO
Construção e Reforma de Edifícios	Não

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100.00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	3.65%

Itens	Siglas	% Adotado	Situação	Intervalo de admissibilidade		
				1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	3.00%	-	3.00%	4.00%	5.50%
Seguro e Garantia	SG	1.00%	-	0.80%	0.80%	1.00%
Risco	R	0.97%	-	0.97%	1.27%	1.27%
Despesas Financeiras	DF	1.23%	-	0.59%	1.23%	1.39%
Lucro	L	8.23%	-	6.16%	7.40%	8.96%
Tributos (Impostos COMINS 3%, e IPI 0.65%)	CP	3.65%	-	3.65%	3.65%	3.65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3.65%	-	0.00%	2.50%	5.00%
Tributos (Contribuição Previdenciária - 0% ou 4,5%, conforme Lei 12.844/2013 - Desoneração)	CPRB	2.50%	OK	0.00%	4.50%	4.50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	24.23%	OK	20.34%	22.12%	25.00%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI.PAD = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS)} - 1$$

Nova Ramada, 18 de março de 2024

Adolar Stuker
Eng. Civil
CREA/RS 76978



Documento assinado digitalmente:
ADOLAR STUKER
Data: 19/03/2024 13:15:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Preleitura Municipal de
Nova Ramada
A P R O V O
Em 19/03/2024

Declaração Planilha Orçamentaria

Eu, Adolar Stuker, CREA/RS 76978, inscrita no CPF sob o nº 474.189.740-00, declaro para os devidos fins e para o fisco em geral, que fora utilizado SICRO com data base de novembro de 2023, com atualização em 5/01/2024 para a elaboração deste orçamento. Contudo em alguns itens, que podem ser melhor observados abaixo, onde não fora possível encontrar nas planilhas SICRO, ou ainda, que apresentavam valores mais vantajosos, utilizou-se a planilha SINAPI.

Item	Código	Banco	Descrição
1.1	74209	SINAPI	Placa de Obra em chapa galvanizada
1.2	99059	SINAPI	Locação da obra
	Composição		
			Composição 1 - itens codificados SINAPI
2	Composição		
			Composição 2 - itens codificados SINAPI
2.2	Composição		Composição 3 - itens codificados SINAPI
3	Composição		Composição 4 - itens codificados SINAPI
3.2	Composição		Composição 5- itens codificados SINAPI

Nova Ramada, 14 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br ADOLAR STUKER
Data: 20/03/2024 12:06:37-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Adolar Stuker
Engenheiro Civil- CREA-RS 76 978

Prefeitura Municipal de
Nova Ramada

A P R O V O

Em 18/04/2024

LICENÇA AMBIENTAL

LICENÇA PRÉVIA E INSTALAÇÃO

LP/LI n.º 05/2023

VENCIMENTO: 28/11/2024

A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, criada pela Lei Municipal n.º 01/97 de 02/01/1997, alterada pela Lei Municipal n.º 912/09 de 02/02/2009 no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 1.870 de 19/04/2023, bem como de acordo com a Lei Federal n.º 6.938/81; Lei Complementar n.º 140/2011; Lei Federal n.º 11.428/06, Lei n.º 12.651/2012, Decreto n.º 6.660/08; Resolução CONAMA n.º 237 de 19/12/1997, **EXPEDE A PRESENTE LICENÇA DE PRÉVIA E INSTALAÇÃO UNIFICADAS**, que autoriza:

Processo Administrativo n.º 31/2023

Protocolo n.º 121/23 de 24/11/2023

Licenciado: **MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA**

CNPJ 01.611.828/0001-49,

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

Endereço: Avenida Gustavo König, n.º 95

Centro – Nova Ramada/RS

VISTO: ART n.º 12899749 CREA-RS de Projeto de Estrutura de Concreto armado, infraestrutura, superestrutura e mesoestrutura, e orçamento, responsabilidade do Eng. Civil ADOLAR STUKER CREA-RS 76.978. Vistoria Pública do Departamento de Engenharia, e Parecer Técnico da Empresa JR AMBIENTAL LTDA CREA-RS 155.125, ART n.º 12347278 do CREA-RS (Contrato Administrativo), datado de 27/11/2023, manifestando-se favorável segundo o objeto condições e restrições:

OBJETO: Objetivando implantação de instalação de 01 (um) Pontilhão, em via de acesso municipal, para travessia em curso hídrico – Arroio Bugiganga. Atividade executadas na Localidade de Barro Preto, interior do município de Nova Ramada/RS. Nas Coordenadas Geográficas Lat. 28°05'07.8"S Long. 53°41'49.3"W. Aprova-se a viabilidade e a Instalação conforme projeto técnico relativa à atividade de:

1. Ponte - Instalação de 01 (um) Pontilhão – CODRAM 3451,20 sem supressão de vegetação nativa, sob curso hídrico – Arroio Bugiganga, em área de 36,00 m², contando com as atividades de:

1.1. Obra Civil – Escavo mecânico com movimentação de solo, remoção de materiais existentes, com utilização de rompedor e escavadeira hidráulica;

1.2. Obra civil de Instalação de pontilhão, com infraestrutura em concreto armado, e aguardo corpo, contemplando: a) 6,0 metros de vão livre por 6,00 metros de largura, e 2,40m de altura;

1.3. Obra Civil - Execução - sinalização de trânsito vertical e horizontal, de acordo com a Resolução CONTRAN 180/2005 e Resolução CONTRAN 236/2007. Objetivando a manutenção e trafegabilidade da via;

1.4. Conforme CADASTRO SIOUT 0002 2019/010.693-2 DISPENSA DE OUTORGA - PORTARIA DRH n.º D-000.377/2019.

CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

Das Condições Gerais:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Nova Ramada
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Departamento de Meio Ambiente

1. Esta Licença refere-se à viabilidade e a instalação da atividade de **Implantação de Ponte - Instalação de 01 (um) Pontilhão – CODRAM 3451,20**;
2. Esta Licença Ambiental fica vinculada a Outorga do Direito de Uso de Recursos Hídricos **ou** Dispensa de direito de uso de água, emitido pelo DRH/SEMA, no que se refere ao disposto na Lei n.º 10.350/94, do Decreto n.º 37.033/96, de Travessia de curso hídrico, por meio da **PORTARIA DRH n.º D-000.377/2019** Dispensa de Outorga do Direito de Uso de Recursos Hídricos conforme cadastro **SIOUT n.º 0003 2019/010.693-2**, Finalidade de Obra de infraestrutura Canalização do curso d'água;
2. Esta Licença Ambiental não pode ser entendida como Outorga de direito de uso de água, sistema SIOUT, emitido pelo DRH/SEMA, no que se refere ao disposto na Lei n.º 10.350/94, do Decreto n.º 37.033/96;
3. Quanto ao Patrimônio Histórico e Artístico:
 - 3.1. Deverá ser feita a comunicação imediata ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN na hipótese de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológicos ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, na área do empreendimento, conforme previsto no art. 18 da Lei 3.924 de 26 de julho de 1961;
 - 3.2. Deverá fazer a comunicação imediata ao Departamento Ambiental Municipal, na hipótese de descoberta fortuita de elementos de interesse paleontológico, na área do empreendimento;

Das Questões Biológicas:

1. Atividade Licenciada com base nas exclusões constantes no Art. 1º § 1º do Decreto Federal 6.660, que regulamenta a Lei da Mata Atlântica, Lei nº 11.428/06;
2. O manejo florestal de vegetação nativa, segundo legislação aplicável, Lei nº 11.428/2006, e Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), deve ser autorizado em documento próprio, expedido por autoridade competente.
 - 2.1. Portanto esta **LP/LI Unificadas não habilita** manejar qualquer forma de vegetação nativa;
3. Devem ser protegidos os mananciais e cursos hídricos naturais, não efêmeros, segundo Lei nº 12.651/2012 (código florestal), usos destes espaços, devem ser autorizados em ato próprio, expedido por autoridade competente;

Das Questões Construtivas:

1. Os resíduos da construção civil, gerados durante a implantação da edificação, deverão ser gerenciados em conformidade com o que dispõem a Resolução CONAMA 307/2002, alterada pela Resolução CONAMA 348/2004;
2. Fica proibida a queima, de resíduos sólidos de qualquer natureza, conforme Portaria n.º 02/84 - SSMA de 03/07/1984, ressalvas, as situações de emergência sanitária, reconhecidas previamente pelo órgão ambiental competente;
3. Em caso de necessidade de utilização de material mineral (minério) nas obras de implantação do empreendimento, o mesmo deverá ser proveniente de local devidamente licenciado por órgão competente;
4. Em caso de necessidade de remoção de material mineral para fora do recinto da obra do empreendimento (excedente de aterro / terraplenagem), tal atividade deverá ser devidamente licenciada junto ao Departamento Ambiental do município;
5. Esta **LP/LI Unificadas** condiciona a total observância da Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – NR 18 (Redação dada pela Portaria SEPRT n.º 3.733, de 10 de fevereiro de 2020), especialmente os itens: 18.9 - Medidas de proteção contra quedas de altura; 18.10 – Máquinas, equipamentos e ferramentas; 18.13 – Sinalização de Segurança; 18.12 - Andaimos e plataformas de trabalho.

Documentos a apresentar para solicitação da Renovação da Licença de Instalação:

1. Requerimento solicitando a renovação da Licença de Instalação, assinado e protocolado;
2. Declaração do responsável técnico (Engenheiro Municipal) informando em que situação se encontra a instalação do empreendimento;
3. Novo cronograma físico de implantação do empreendimento, quando necessário, elaborado pelo setor de Engenharia do Município.
4. ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, específica e relativa à atividade;

Gerente

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

1. A presente Licença Ambiental não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, ou certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.
2. A presente **LP/LI Unificadas** é de caráter **PRECÁRIO**, só é válida para as condições contidas acima até o dia **28/11/2024** perderá a validade caso os dados fornecidos pela requerente não corresponderem à realidade;
3. Quanto à Supervisão Ambiental o município deve manter responsável técnico (com ART) por fazer cumprir as condições e restrições desta Licença Ambiental, o qual deverá comunicar o órgão ambiental sempre que forem: *constatadas não conformidades em relação à licença, informando a medida corretiva adotada ou plano de ação corretiva (no qual identifique local do ocorrido, ação corretiva proposta, responsáveis e cronograma)*;
4. O presente documento ambiental deverá estar disponível no local da atividade, para possível fiscalização.
5. A presente Licença Ambiental não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, ou certidões de qualquer natureza exigida pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.
6. São de responsabilidade da Secretaria Municipal, aqui **LICENCIADA**, atender as normas de segurança do trabalho, previstas nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, para as atividades a serem desenvolvidas na execução dos trabalhos, inclusive responsabilizando-se a ocorrência de improváveis mais possíveis acidentes a terceiros.

Observação:

1. Trata-se de 01 (uma) atividade **CODRAM 3451,20** classificada como de porte "**MÍNIMO**", e de potencial poluidor "**ALTO**".

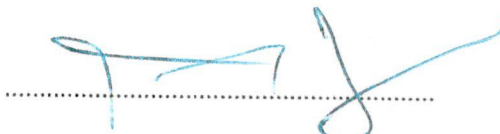
Nova Ramada/RS, 28 de novembro de 2023.

.....


Gerson Eberhart

CRBio69687/03 -D Port 250/2020

Licenciador Ambiental

.....


Tiago Cristiano Speroni

Secretário Municipal de Agricultura e Meio AMBIENTE



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

SOLICITAÇÃO Nº	14/2024
ASSUNTO:	Contratação de empresa para execução de projeto de Construção de Ponte em Concreto Armado – Moinho Ballin, Rio Bugiganga, Nova Ramada/RS.

1. Definição do objeto

O objeto do presente TR é a Contratação de empresa especializada para execução de projeto de Construção de Ponte em Concreto Armado – Moinho Ballin, Rio Bugiganga, Nova Ramada/RS - Localização Geográfica: 28°05'07,8" S – 53°41'49,3" W.

2. Fundamentação da contratação

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 18/2024, de 19 de abril de 2024.

3. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é a Contratação de empresa para execução de projeto de Construção de Ponte em Concreto Armado – Moinho Ballin, Rio Bugiganga, Nova Ramada/RS. Localização Geográfica: 28°05'07,8" S – 53°41'49,3" W.

A necessidade dessa contratação, se dá pelo fato de a ponte localizar-se em estrada de grande movimentação (carros, maquinários, transporte escolar, etc..) sendo necessária a construção de uma nova, a fim de oferecer maior segurança e facilidade no deslocamento dos munícipes, de modo que a mesma é de madeira e encontra-se deteriorada pelos fatores climáticos dos últimos tempos na região.

Esta solicitação, tem como intuito a melhoria e segurança na mobilidade dos residentes das proximidades da ponte e demais munícipes que para seus deslocamentos costumam utilizar a mesma.

4. Requisitos da contratação

O objeto da referida contratação tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

As descrições bem como suas características, encontra-se descritos na planilha do Anexo I deste TR, além do Anexo II - Projeto básico de responsabilidade do Engenheiro Civil Adolar Stuker - CREA 76.978, elaborado em 24 de novembro de 2023 e Anexo III – Licença Ambiental Prévia e Instalação Nº. 05/2023 com vencimento 28/11/2024.

A contratação enquadra-se como Obra, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A escolha da empresa para execução da obra, será realizada por meio de Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica – Menor Preço Global (Empreitada por Preço Global).

O orçamento não necessita ser sigiloso.

DA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição do Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda CNPJ/MF;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do estado ou do município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos de regularidade com a Fazenda Federal abrangendo a regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;
- d) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal**, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)- CRF;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:

- a) Balanço Patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente autenticado na Junta Comercial, ou no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.
 - a.1) É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.
 - a.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, Art. 65, § 1º da Lei 14.133/2021.
 - a.3) Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.
 - a.4) O documento referido no item “a” limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - a.5) A verificação da situação financeira será avaliada pelos índices de Liquidez Instantânea (LI), Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG), Gerência de Capital de Terceiros (GCT) e Grau de Endividamento Geral (GE) resultante das seguintes fórmulas:

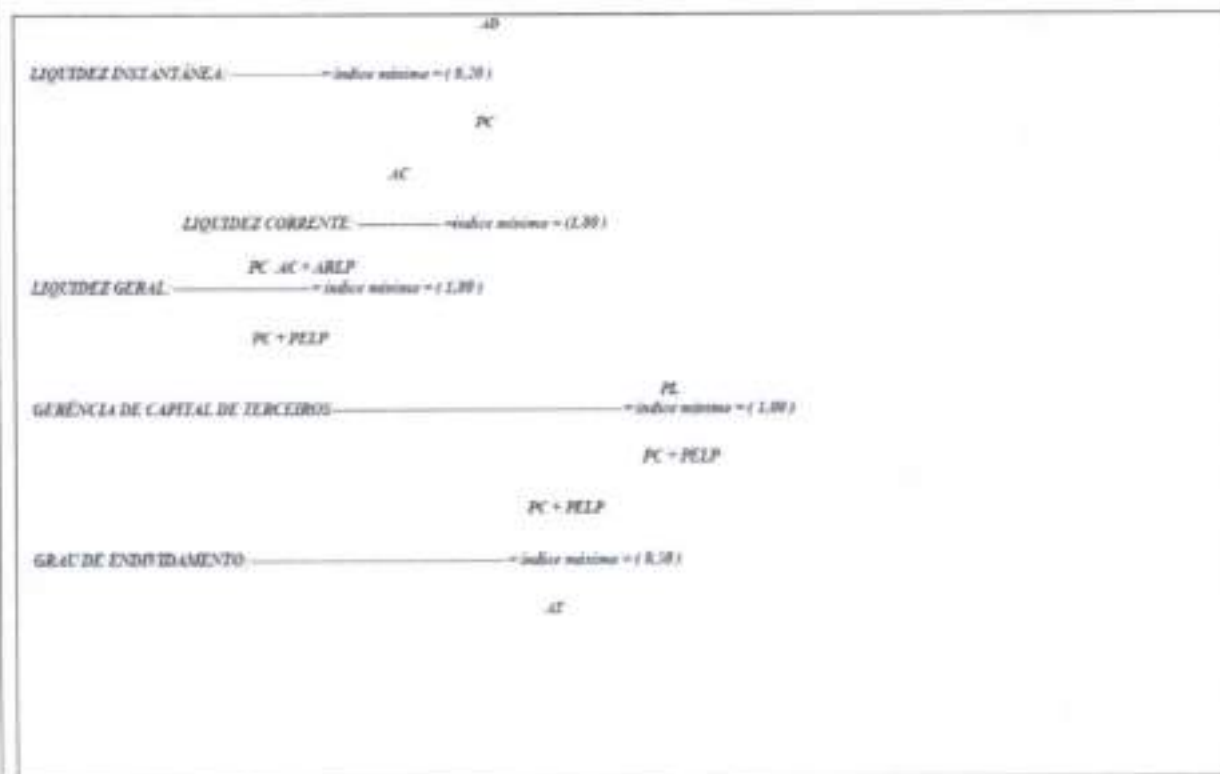


Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO



a.6) Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

a.7) Será considerado no quesito capacitação econômica financeira a empresa que atingir os índices acima citados. O cálculo destes indicadores deverá ser expresso em documento, anexo ao balanço. O documento deverá ser assinado por profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo responsável legal da empresa.

b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida dentro dos noventa dias anteriores à data deste Edital, quando a validade não estiver expressa no documento.

Conforme Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Art. 49 § 4º, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 Art. 59 § 5º.

Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

empresa comprove a exequibilidade da proposta.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL:

- a) Atestado de Registro da empresa no Conselho Competente;
- b) Atestado de Registro do responsável técnico da empresa no Conselho Competente.
- c) Atestado de capacidade técnica, devidamente registrado no Conselho competente, em nome do profissional legalmente habilitado pela empresa proponente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa licitante vencedora desempenhado serviços similares ou superiores ao objeto da presente licitação, em conformidade com serviço cotado, com nome legível do representante legal da empresa ou órgão público, além de respectiva Certidão de Acervo Técnico- CAT:
 - c.1) Atestado de capacidade técnica de execução de estrutura de concreto armado em pontes;
 - c.2) Atestado de capacidade técnica de execução de pinos em rocha;
 - c.3) Atestado de capacidade técnica de execução de longarina em concreto armado.
 - c.4) Quando se tratar de Conselho de outro Estado, e esse exigir, deverá ser dado vistas no Conselho do RS.
- d) Comprovação de que o responsável técnico, mencionado no atestado, pertencem ao quadro permanente da empresa, será feito através de: Em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do Contrato Social; no caso de empregado, mediante cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS); em caso de vínculo contratual não CLT, apresentar o Contrato de Prestação de Serviços.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) A responsabilidade por todas as despesas e providências necessárias à realização do objeto, bem como de estadia, alimentação, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, decorrentes da execução do objeto do presente e quaisquer despesas acessórias e necessárias não especificadas nesse TR e nos seus anexos, são de responsabilidade da contratada;
- b) Executar o objeto de acordo com as especificações e prazos determinados, atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do CONTRATANTE;
- c) A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;
- d) Manter a equipe executora das obras identificada;
- e) Executar todas as obras complementares julgadas necessárias para que o local tenha condições de uso satisfatório;
- f) Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na utilização/aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má utilização/aplicação;
- g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

- prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - i) Sinalizar convenientemente, às suas expensas, o local de execução das obras, de acordo com as normas vigentes, bem como as em vigor do CONTRATANTE, devendo responder por eventuais danos que venham a ser provocados nas obras, até o seu término, quando estes resultarem de culpa da CONTRATADA, pela falta de sinalização adequada;
 - j) Expedir e quitar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT.
 - k) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal;
 - l) Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do município;
 - m) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais de proteção, bem como cumprir integralmente o contido nos Acordos, Convenções Coletivas ou Sentenças Normativas referentes à categoria profissional dos seus empregados;
 - n) Dar o destino adequado aos resíduos das obras e entregar o local das obras limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata. A CONTRATADA deverá seguir a Licença Ambiental Prévia e Instalação N°, 05/2023 com vencimento 28/11/2024, a qual autoriza a construção da obra com as devidas condições e restrições Anexo III a este TR.
 - o) Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização do Município, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Técnico;
 - p) Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los;
 - q) Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo aos locais onde serão realizadas as obras e entregues os materiais e aos documentos e registros contábeis da empresa Contratada, sujeitando-se no caso de embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação de tais servidores e órgãos a responsabilização administrativa, civil e penal;
 - r) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
 - s) Retirar imediatamente do canteiro qualquer material que for rejeitado em inspeção pela FISCALIZAÇÃO;
 - t) Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.
 - u) A contratada será responsável pela matrícula da obra junto ao INSS, antes do início da sua execução, bem como pela devida anotação da responsabilidade técnica – ART ou



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

RRT de execução junto ao respectivo conselho profissional, bem como suas respectivas baixas após a conclusão da obra.

- v) A contratada deverá executar a obra observando fielmente o projeto básico, inclusive em relação à qualidade dos materiais e ao cronograma de execução, e os termos da sua proposta.
- w) A contratada deverá executar todas as obras, serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram o TR e anexos, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas aplicáveis a obra, tais como da ABNT, normas de segurança do trabalho, além de outras determinadas pelo Contratante.
- x) A contratada deverá prestar garantia mínima de 5 (cinco) anos conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando o licitante vencedor responsável por todos os encargos decorrentes disso.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- a) O prazo de execução será de 120 (cento e vinte) dias, após a assinatura do contrato (que é a ordem de início da obra). O Regime de Execução da Obra é indireta, por Empreitada Global.
- b) O prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela Contratada, mediante documento protocolado no Protocolo Geral, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e desde que aceito pelo Município.

DOS PRAZOS

- a) O prazo de vigência do contrato deverá ser até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21.

A contratação fica submetida às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

4.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 4.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 4.1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:
- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 4.3.** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 4.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.
- 4.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 4.2 desse termo
- 4.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 4.6.** A aplicação das sanções previstas no item 4.2. deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 4.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 4.2, alínea "b", do presente termo será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 4.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 4.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 4.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 4.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 4.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 4.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

4.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 4.2 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

O não cumprimento das obrigações a serem contratadas ensejarão as seguintes penalidades: (observar os artigos 155 e 156 da Lei 14.133)

O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

5. Modelo de execução do objeto

DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- a) Os serviços deverão ser executados conforme o projeto básico de responsabilidade do Engenheiro Civil Adolar Stuker - CREA 76.978, elaborado em 24 de novembro de 2023, o qual encontra-se no Anexo II a este TR.
- b) O prazo de vigência do contrato deverá ser até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado com base na Lei nº 14.133/21.
- c) O prazo de execução será de 120 (cento e vinte) dias, após a assinatura do contrato (que será considerado a ordem de início da obra). O Regime de Execução da Obra é indireta, por Empreitada Global.
- d) O prazo previsto no item anterior (c) poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela Contratada, mediante documento protocolado no Protocolo Geral, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e desde que aceito pelo Município.

6. Modelo de Gestão do Contrato

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de Contrato Administrativo. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Executivo nº 4.563, de 27/03/2023. A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do contrato se dará pelo servidor Sérgio Biancon, matrícula sob o nº 138-4/1 Secretário de Obras Viação e Trânsito (adjunto).

A execução da obra será acompanhada e fiscalizada também pelo Engenheiro Civil do Município que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, sem que isso importe na redução da responsabilidade da CONTRATADA pela boa execução do CONTRATO.

7. Critérios de medição e de pagamento



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

DO PAGAMENTO

1) O pagamento poderá ser efetuado em até seis parcelas, em até dez dias após a emissão do boletim de execução pelo Engenheiro Civil responsável e documentação exigida.

1.a) A CONTRATADA deverá protocolar comunicado ao CONTRATANTE solicitando a medição. Após o protocolo, dentro de cinco dias, o Engenheiro Civil responsável realizará a vistoria e emitirá boletim, e então comunicará a CONTRATADA para a emissão da respectiva nota fiscal.

1.b) A CONTRATADA poderá solicitar a 1ª medição após 10 dias de execução da obra, a demais com no mínimo 20 dias de intervalo, e a última parcela poderá ser solicitada somente quando da conclusão da obra.

2. Para recebimento a CONTRATADA deverá enviar a seguinte documentação: OLHAR LA NO EDITAL COMO

Primeira Parcela:

- a)** Comprovação da matrícula da obra (cadastro específico do INSS);
- b)** Cópia das ART ou RRT de execução da obra;
- c)** SEFIP completa, demonstrando que o colaborador que presta ao serviço, do mês imediatamente anterior ao da prestação de serviços;
- d)** Recibo de pagamento do salário e benefícios, dos empregados que trabalharam na prestação de serviço. Comprovante da competência imediatamente anterior ao da prestação de serviços;
- e)** Recibo da entrega DCTFweb do mês imediatamente anterior ao da prestação do serviço;
- f)** Guia de pagamento do INSS, conforme valores apurados no DCTFweb, e seu comprovante de recolhimento;
- g)** Guia de pagamento do FGTS do mês imediatamente anterior ao da prestação de serviço, e seu comprovante de recolhimento;
- h)** Nota Fiscal emitida pela empresa executora contratada contendo as seguintes informações: descrição do serviço executado, número do respectivo contrato, valor da parcela a ser paga, emitida em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA/RS;

3. Para a liberação das demais parcelas fica condicionada a apresentação dos documentos mencionados no **item 2, com exceção das letras a e b.**

4. Para a liberação da última parcela a CONTRATADA deverá apresentar os documentos elencados no **item 2, com exceção das letras a e b**, além da Certidão Negativa de Débitos/INSS referente a obra executada e, também a Certidão Negativa de Débitos de Obra (CND).

5. As retenções previdenciárias (INSS) e fiscais (ISSQN e IRRF) deverão ser destacadas na Nota Fiscal pela empresa na forma da Lei. Caso a empresa usufrua de algum benefício previsto em Lei, deverá apresentar documentação que comprove o mesmo.

Para a emissão da nota fiscal a empresa deverá observar o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente TR, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada para a realização de construção de ponte.

Neste sentido, segue como indicação de potenciais fornecedores as empresas:

1. Marco Antônio De Souza Canavezzi Ltda – Cnpj: 50954207000173;
2. Sinara Albuquerque Construções Ltda - Cnpj: 45202168000118;
3. Ledur Engenharia E Construções EIRELI- Cnpj 00850290000162.

Tais referências foram obtidas através de pesquisa de preços no Portal LicitaCon, com dados oficiais de serviços de construção de ponte.

9. Estimativa do valor da contratação

Estima-se para a presente contratação o valor total de R\$ 191.226,52 (cento e noventa e um mil, duzentos e vinte e seis reais com cinquenta e dois centavos). Sendo R\$ 127.700,41 (cento e vinte e sete mil, setecentos reais, com quarenta e um centavos) em materiais o valor de R\$ 63.526,11 (sessenta e três mil, quinhentos vinte e seis reais com onze centavos) em Mão de Obra.

Observa-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do Artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.

Fica facultativo a alimentação no Licitacon Obras da referida obra, conforme Instrução Normativa Nº 06/2023, Art. 3, Inciso I, pois o valor total Inicial é inferior a 03 (três) vezes o valor atualizado para a dispensa de licitações prevista no art. 75, I da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. Adequação orçamentária

De acordo com o Projeto/Atividade, Fonte de Recursos e Detalhamento da Fonte em planilha anexa, com o respectivo despacho do Setor de Empenhos.

Projeto/ Atividade: 1.006 – Implantação e Construção de Infraestrutura de Transporte.

Fonte: 1500.

Código PAC: 16.5.12 – Pontes.

11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?

(X) NÃO.

() SIM. QUAL?

Nova Ramada, 19 de abril de 2024

Denise Serafini de Marchi

Denise Serafini de Marchi

Responsável pela elaboração

[Assinatura]



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

Em acordo:



Sergio Biancon

Secretária Municipal de Obras, Viação e Trânsito (adjunto)

Parecer do Responsável financeiro:

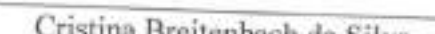
(X) Há recursos financeiros disponíveis

() A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual

() Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de _____

() Os recursos financeiros estarão disponíveis na efetiva aquisição.

Nova Ramada, ____ de abril de 2024


Cristina Breitenbach da Silva
Secretária Municipal da Fazenda

ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA - TR 14/2024 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E TRÂNSITO

PROJETO / ATIVIDADE:	1006 – Implantação e Construção de Infraestrutura de Transporte.	CÓDIGO DA DESPESA: 8746			
Fonte de Recursos: 2500	Detalhamento da Fonte:				
Obras e Instalações	Outras Obras e Instalações - Pontes				
Cód. PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	
16.5.12	1	1	UND	Contratação de empresa para execução de projeto de Construção de Ponte em Concreto Armado – Moinho Ballin, Rio Bugiganga, Nova Ramada/RS. Conforme Projeto Básico em Anexo	
				Vlr. Max. Item	Vlr. Total
				191.226,52	191.226,52
				Total	
				RS 191.226,52	

Denise S. De Marchi
Responsável pela Elaboração
Denise Serafini de Marchi

Sérgio Biancon
Sérgio Biancon
Secretário de Obras Aviação
e Trânsito (adjunto)

[Assinatura]
Empenhos
Almoxarifado